BB: R$ 200 bilhões em 10 meses do atual Plano Safra 23/24

Desembolso recorde e marco inédito para uma instituição

O Banco do Brasil alcançou uma marca inédita no Plano Safra 2023/2024, com um desembolso recorde de R$ 200 bilhões em apenas 10 meses do ano safra. Em todo o Plano Safra anterior, foram desembolsados R$ 196,6 bilhões. No mesmo período do ano anterior, o volume desembolsado foi de R$ 167,4 bilhões, com um crescimento de 19%. Desse total, R$ 179,1 bilhões são em operações de crédito rural e outros R$ 20,9 bilhões foram destinados ao financiamento da cadeia de valor agro. Esse feito representa um novo marco para o ano safra, já que é a primeira vez que uma instituição financeira ultrapassa a casa dos R$ 200 bi.

Ao todo, são mais de 550 mil operações contratadas no período, destacando-se os financiamentos para agricultores familiares (Pronaf) e médios produtores (Pronamp), que juntos representam 58% do total. "Atingimos em 10 meses o valor desembolsado em toda a safra 22/23. Esse recorde reforça o compromisso do Banco do Brasil com o agronegócio e a agricultura familiar brasileiros. Seguiremos sempre ao lado de cada produtor e produtora, levando crédito, prestando consultoria e compartilhando conhecimento com as pessoas que trabalham no campo, para serem cada vez mais relevantes e próximos no dia a dia de seus negócios", ressalta a presidenta do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros.

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. Joao Amorim"- Gestão de Saúde Carapicuíba

CNPJ.: 66.518.267/0015-89

Demonstrações Contábeis Exercício de 2023

Balanço Patrimonial do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

Ativo	Notas	2023	2022
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	4.284.310,92	3.807.879,79
Adiantamentos a Empregados	5	17.165,53	28.209,90
Adiantamentos para Despesas		1.000,00	538,19
Impostos Recuperáveis	6	1.159,83	1.159,83
Créditos com Convênios	7	1.717.426,08	265,10
Estoque	8	442.259,85	230.475,58
Despesas Antecipadas	9	4.786,27	4.376,49
		6.468.108,48	**4.072.904,88**
Ativo não Circulante			
Imobilizado	10	533.686,81	548.723,35
		533.686,81	**548.723,35**
Total do Ativo		**7.001.795,29**	**4.621.628,23**

Passivo e Patrimônio Liquido	Notas	2023	2022
Passivo Circulante			
Fornecedores		1.132.935,57	1.004.598,14
Obrigações Trabalhistas	11	355.849,97	328.790,17
Obrigações Sociais e Fiscais	12	264.235,09	250.192,34
Contas a Pagar		17.724,23	11.026,57
Provisões para Férias e Encargos	13	582.190,27	516.805,15
		2.352.935,13	**2.111.412,37**
Passivo não Circulante			
Recursos Governamentais a Realizar		-	-
Bens Públicos em nosso poder	14	533.686,81	548.723,35
		533.686,81	**548.723,35**
Patrimônio Liquido			
Patrimônio Social		1.961.492,51	2.890.312,86
Superávit/Déficit do Exercício		2.153.680,84	(928.820,35)
		4.115.173,35	**1.961.492,51**
Total do Passivo e Patrimônio Liquido		**7.001.795,29**	**4.621.628,23**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Liquido para o Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Patrimônio Liquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.649.919,85**	**1.240.393,01**	**2.890.312,86**
Incorporação do Superávit/Deficit	1.240.393,01	(1.240.393,01)	-
Superávit/Deficit do Exercicio	-	(928.820,35)	(928.820,35)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.890.312,86**	**(928.820,35)**	**1.961.492,51**
Incorporação do Superávit/Deficit	(928.820,35)	928.820,35	-
Superávit/Deficit do Exercicio	-	2.153.680,84	2.153.680,84
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.961.492,51**	**2.153.680,84**	**4.115.173,35**

Demonstração do Resultado do Período Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

	Notas	2023	2022
Receitas Líquidas	16	**22.850.045,84**	**19.041.438,58**
Contrato de Gestão nº 96/19	17	22.835.009,30	19.928.953,88
Realização de Bens Públicos em nosso poder		35.676,54	30.581,38
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado	3.h	(20.640,00)	(208.124,73)
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		-	(709.971,95)
Custos		**(19.819.672,24)**	**(18.844.319,20)**
Pessoal e Reflexos	19	(7.655.720,95)	(6.695.238,92)
Serviços Terceirizados	20	(9.674.550,13)	(9.536.674,63)
Medicamentos e Materiais de Consumo	21	(2.489.401,16)	(2.612.405,65)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	26	(1.692.482,35)	(1.512.591,57)
(-) Isenção da CPP Usufruída	26	1.692.482,35	1.512.591,57
(=) Resultado Bruto		**3.030.373,60**	**197.119,38**
Despesas		**(1.057.484,11)**	**(1.324.393,70)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(2.812,00)	(137,39)
Despesas Gerais	22	(1.054.672,11)	(1.324.256,31)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais		**842,25**	**1.858,50**
Receitas com Doações		15,99	378,00
Outras Receitas		826,26	1.480,50
(=) Resultado antes das Rec/Desp Financeiras		**1.973.731,74**	**(1.125.415,82)**
Resultado Financeiro	18	**179.949,10**	**196.595,47**
Receitas Financeiras		184.904,65	199.992,02
Despesas Financeiras		(4.955,55)	(3.396,55)
Superávit/Déficit do Exercício		**2.153.680,84**	**(928.820,35)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

Atividades Operacionais	2023	2022
Superávit / (Déficit) do Exercício	2.153.680,84	(928.820,35)
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Empregados	11.044,37	2.691,61
Adiantamentos para Despesas	(461,81)	461,81
Impostos Recuperáveis	-	880,00
Créditos com Convênios	(1.717.160,98)	1.914.133,46
Estoques	(211.784,27)	165.152,97
Despesas Antecipadas	(409,78)	(40,11)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	128.337,43	(114.887,87)
Obrigações Trabalhistas	27.059,80	(8.275,92)
Obrigações Sociais e Fiscais	14.042,75	12.808,47
Provisões para Férias e Encargos	65.385,12	131.513,54
Bens Públicos em Nosso Poder	-	(26.401,84)
Outras Obrigações	6.697,66	11.026,57
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**476.431,13**	**1.160.242,34**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(20.640,00)	(208.124,73)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(20.640,00)**	**(208.124,73)**
Atividades de Financiamento		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	20.640,00	208.124,73
Caixa Líquido Consumido no Atividades de Financiamento	**20.640,00**	**208.124,73**
Variação Liquida nas Disponibilidades	**476.431,13**	**1.160.242,34**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	3.807.879,79	2.647.637,45
Disponibilidades no Final do Exercício	4.284.310,92	3.807.879,79
Variação Liquida nas Disponibilidades	**476.431,13**	**1.160.242,34**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. Joao Amorim" – CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Marica e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM - Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fernando Proença de Gouvêa. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.

2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros • Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **• Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem. **• Instrumentos financeiros derivativos**: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2023 e 2022. **3.b) Estoques (quando aplicável):** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **• Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração reavaliou a situação no exercício de 2023 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2022. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 25 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.d) Intangível (quando aplicável): • Reconhecimento, mensuração e amortização**: o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear a taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Patrimônio líquido:** representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.h) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de estabelecimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas:** As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

Bancos - Conta Movimento	2023	2022
Banco Santander (Brasil) S.A.	188,04	233,79
	188,04	**233,79**
Bancos - Aplicações Financeiras	**2023**	**2022**
Banco do Brasil S.A.	4.284.122,88	3.807.646,00
	4.284.122,88	**3.807.646,00**

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

5. Adiantamentos a Empregados	2023	2022
Adiantamentos de Férias	17.165,53	28.209,90
	17.165,53	**28.209,90**
6. Impostos Recuperáveis	**2023**	**2022**
IRRF s/ Serv. Prestados PJ	262,47	262,47
Contrib. Federais s/ Serv. Prestados PJ	897,36	897,36
	1.159,83	**1.159,83**
7. Créditos com Contrato de Gestão	**2023**	**2022**
Carapicuiba - PS Vila Dirce - Contrato 96/2019	1.717.426,08	265,10
	1.717.426,08	**265,10**
8. Estoque	**2023**	**2022**
Material de Laboratório/Reagentes	-	999,83
Medicamentos	226.857,93	112.120,46
Material Médico/Hospitalar	203.032,43	99.620,15
Material de Expediente/Escritório	6.125,87	7.297,68
Material de Manutenção	373,08	-
Material de Informática	473,72	353,75
Material de Limpeza	526,14	3.502,55
Material de EPI	1.341,07	2.483,90
Material Cirúrgico	-	380,00
Material de Higiene	-	56,55
Utensílios de Copa	3.356,81	2.825,71
Peças e Acessórios	172,80	495,00
Utensílios Diversos	-	340,00
	442.259,85	**230.475,58**
9. Despesas Antecipadas	**2023**	**2022**
Prêmios de Seguros a Vencer	4.786,27	4.376,49
	4.786,27	**4.376,49**
10. Imobilizado	**2023**	**2022**
Instalações	13.300,00	13.300,00
Máquinas e Equipamentos	62.077,62	60.577,62
Equipamentos de Uso Médico	6.800,00	6.800,00
Equipamentos de Informática	5.439,92	5.439,92
Móveis e Utensílios	93.393,09	74.253,09
Benfeitorias em Imóveis	457.311,03	457.311,03
(-) Depreciação Acumulada	(104.634,85)	(68.958,31)
	533.686,81	**548.723,35**

Conforme preceituado nos contratos de gestão firmados entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de Carapicuíba, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

11. Obrigações Trabalhistas	2023	2022
Salários a Pagar	355.849,97	328.790,17
	355.849,97	**328.790,17**
12. Obrigações Sociais e Fiscais	**2023**	**2022**
INSS sobre Salários a Recolher	39.383,49	40.934,37
FGTS a Recolher	56.906,83	52.343,01
Contribuições Sind. e Assist. a Recolher	1.327,61	960,00
IRRF sobre Pessoas Físicas a Recolher	97.566,00	93.110,48
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	11.618,17	10.437,56
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	37.921,97	34.203,57
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	13.370,03	12.514,81
ISS Retido na Fonte a Recolher	6.140,99	5.688,54
	264.235,09	**250.192,34**
13. Provisões para Férias e Encargos	**2023**	**2022**
Provisão para Férias	539.128,83	478.576,57
Provisão para FGTS sobre Férias	43.061,44	38.228,58
	582.190,27	**516.805,15**

14. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 533.686,81 em 2023 e R$ 548.723,35 em 2022, refere-se aos valores recebidos da Prefeitura do Município de Carapicuíba para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **15. Provisões para Contingências:** A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em processos avaliados com perda possível no montante de R$ 1.613.673,02, sem provisão constituída.

	2023
Processos Trabalhistas	931.159,03
Processos Cíveis	682.513,99
	1.613.673,02

16. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que prestava o serviço.

17. Receita com Contrato de Gestão	2023	2022
Contrato 96/2019	22.835.009,30	19.928.953,88
	22.835.009,30	**19.928.953,88**
18. Receitas e Despesas Financeiras	**2023**	**2022**
Rendimentos de Aplicações Financeiras	184.904,62	199.441,54
Descontos Obtidos	0,03	550,48
(-) Tarifas Bancárias	(2.243,89)	(2.631,20)
(-) Juros e Mora Comerciais	(2.711,56)	(197,02)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(0,10)	(568,33)
	179.949,10	**196.595,47**

19. Pessoal e Reflexos

	2023	2022
Ordenados	4.339.328,55	4.009.555,55
13º Salários	394.689,46	339.556,75
Auxílio Enfermidade	1.211,23	4.063,34
Férias	480.689,95	420.601,74
Indenizações e Avisos Prévios	655.786,29	267.411,27
Insalubridade	579.167,57	537.433,12
Horas Extras	140.967,45	112.847,84
Descanso Semanal Remunerado	73.470,14	58.361,16
Assistência Médica e Odontológica	-	721,39
Auxílio Creche	54.172,50	56.602,98
Vale Transporte	124.721,10	176.743,91
Cesta Básica	214.356,89	201.812,56
Formação Profissional e Capacitação	11.864,96	8.425,00
Uniformes	10.316,08	13.318,66
Seguro de Vida	1.361,45	1.407,03
Cesta de Natal para Funcionários	26.894,00	-
Contribuições ao FGTS	546.723,33	486.376,62
	7.655.720,95	**6.695.238,92**
20. Serviços Terceirizados	**2023**	**2022**
Serviços Médicos - Pessoas Jurídicas	7.807.481,70	7.832.209,94
Serviços Diversos - Pessoas Jurídicas	1.867.068,43	1.704.464,69
	9.674.550,13	**9.536.674,63**
21. Medicamentos e Materiais de Consumo	**2023**	**2022**
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	1.781.857,83	1.945.627,31
Materiais de Consumo	638.992,66	587.949,58
Materiais de Conservação	50.222,85	50.735,51
Outros Materiais e Insumos	18.327,82	28.093,25
	2.489.401,16	**2.612.405,65**
22. Despesas Gerais	**2023**	**2022**
Contas de Consumo	99.154,37	10.199,48
Aluguéis de Equipamentos Hospitalares	498.117,42	570.821,01
Administrativas	407.019,80	630.669,32
Bens não Imobilizados	7.539,48	63.465,57
Outras Despesas Gerais	42.841,04	49.100,93
	1.054.672,11	**1.324.256,31**

23. Coberturas de Seguros: A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

24. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com este poder público. **25. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedido ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024**. **26. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal):** A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de arrecadação, vem evidenciando por contribuições sociais usufruídas. Esses valores estão evidenciados as isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2023 foi de R$ 1.692.482,35 (em 2022 foi de R$ 1.512.591,57) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas	2023	2022
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(1.692.482,35)	(1.512.591,57)
Cota Patronal sobre Serviços Prestados por Pessoas Físicas	-	-
	(1.692.482,35)	**(1.512.591,57)**
(-) Isenção Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	1.692.482,35	1.512.591,57
(-) Cota Patronal INSS sobre a Pessoas Físicas	-	-
	0,00	**0,00**

27. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Carapicuíba (SP), 31 de dezembro de 2023.

Dr. Mário Santoro Junior - Gerente de Desenvolvimento Institucional

Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - Gestão de Saúde Carapicuíba**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam lançar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso